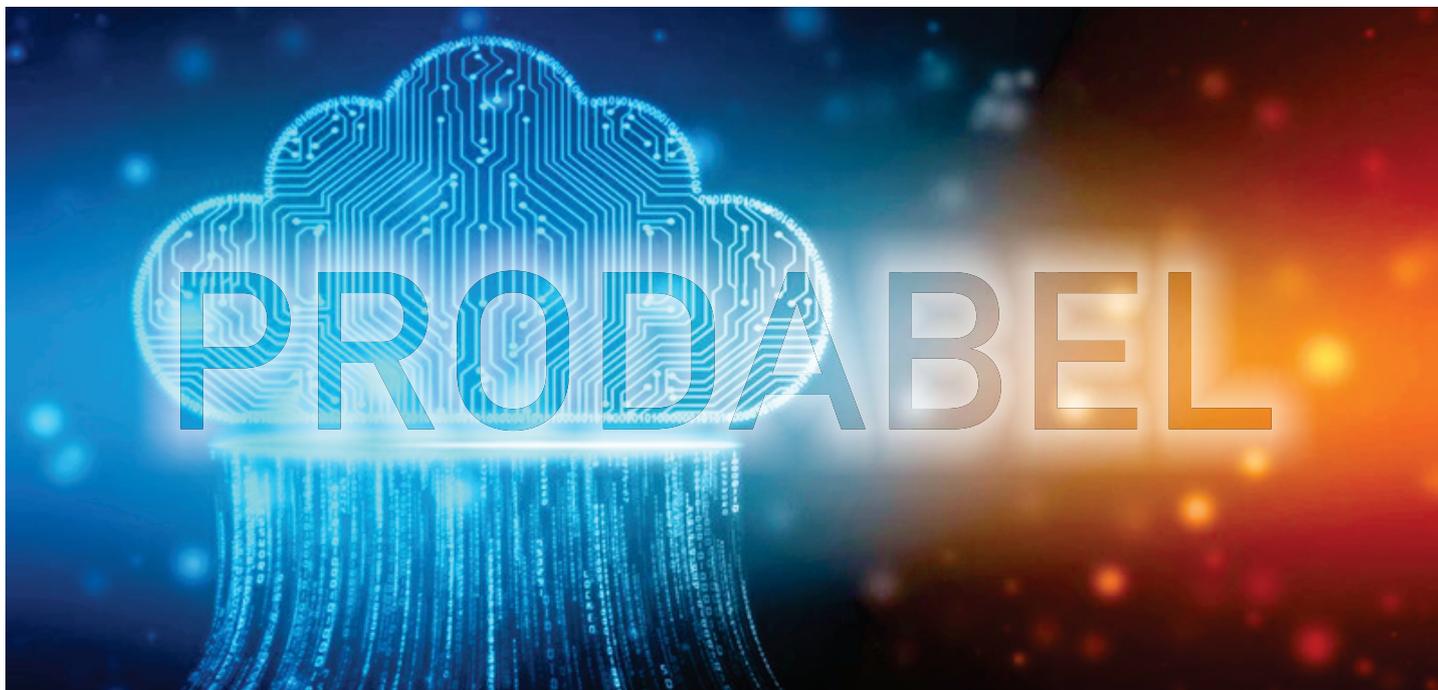




## DATACENTER DA PRODABEL



Nesta segunda-feira dia 16 de setembro de 2024 o único Datacenter da PRODABEL/PBH parou em virtude de uma pane elétrica, deixando indisponível diversos serviços de suma importância, que são prestados ao cidadão de Belo Horizonte.

O SINDADOS/MG já havia apontado os riscos de queda dos serviços digitais da PBH tão logo soube da decisão equivocada de se acabar com um dos Datacenters, conforme publicamos aqui.

Naquele momento, a gestão da PRODABEL, sob o comando da administração atual da PBH, se vangloriava do feito de fechar o Datacenter 1, localizado na sede da PRODABEL, ficando apenas com o Datacenter 2. Na época foi dito que: “Essa unificação representa um marco para aprimorar as operações tecnológicas. O feito permite que a empresa ofereça uma maior capacidade de processamento, resultando em maior eficiência operacional, redução de custos e melhor desempenho de nossos sistemas, impactando positivamente os nossos clientes da PBH e melhorando o serviço prestado ao cidadão.” Esta afirmação, todavia, é equivocada. A verdade é que mesmo que o desempenho melhorasse com o fim da redundância entre o Datacenter 1 e Datacenter 2, a alta disponibilidade nos serviços prestados pela PRODABEL foi encerrada com esta decisão e o risco de indisponibilidade dos serviços aumentaria, tanto é assim que foi esta indisponibilidade que atingiu em cheio a PBH nesta segunda-feira. Será que expor os serviços da PRODABEL a falhas prejudicando o povo de Belo Horizonte é parte de um projeto para justificar o envio dos dados municipais para a nuvem de empresas privadas?

O SINDADOS/MG mais uma vez alerta: é fundamental a recriação de um novo Datacenter na PRODABEL, para que o serviço de alta disponibilidade seja retomado, garantindo-se a boa prestação de serviços ao cidadão de Belo Horizonte e espera que todos os candidatos ao pleito eleitoral de 2024 também assumam este compromisso.



# TARCÍSIO: INIMIGO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Vãmo privatizar  
tudo Mano!



O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) e seu secretário da Educação, o empresário Renato Feder atuam como agentes da destruição da Educação Pública no estado, aprofundando políticas privatizantes e excludentes que rebaixam a qualidade do ensino e prejudicam os estudantes e suas famílias. Os mecanismos de implantação da sua política neoliberal de privatizações são autoritários, sem respaldo da comunidade escolar ou fundamento nas pesquisas sobre educação.

Um dos primeiros projetos do governador, a PEC 9/2023, que corta R\$ 10 bilhões da Educação, ainda está em andamento na Assembleia Legislativa do Estado, Alesp. Enquanto isso, professores vivem uma rotina de assédio moral nas escolas, sendo vigiados em sala de aula, com a imposição de dezenas de plataformas digitais que esvaziam o processo educativo e os transformam em meros monitores de apostilas digitais e conteúdos definidos pela SEDUC.

Outro ataque à Educação pública está na tentativa de implantar um modelo de escola-cívico militar no estado. O processo estava bem avançado quando foi suspenso por decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), no último dia 6 de agosto, a pedido do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp), até que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue o tema. Após o presidente Lula (PT) anunciar o fim do programa nacional de fomento a escolas cívico-militares, criado por Jair Bolsonaro (PL), Tarcísio resolveu apostar no programa para manter e ampliar o apoio da base bolsonarista. De acordo com a Lei aprovada na Alesp, essas escolas vão receber PMs aposentados que receberão um adicional de até R\$ 6.034 — valor 13% superior ao piso salarial dos docentes em São Paulo e não só cuidarão da parte disciplinar das escolas, como também ministrarão aulas.

De acordo com o Andes-SN, Sindicato dos docentes do ensino Superior, as escolas militarizadas não apenas promovem a privatização da educação, mas também fortalecem concepções empreendedoras e domesticadoras de educação dentro das instituições escolares. As propostas de militarização da Educação pública ganham força justamente no momento que governantes neoliberais como Tarcísio, em São Paulo, e Ratinho Jr., no Paraná, aceleram a reforma empresarial da Educação, que prevê privatizar a gestão escolar e aumentar o controle sobre docentes e professores, uma vez que as reações ao modelo privatista e excludente serão inevitáveis.

Tarcísio adota a velha receita dos privatistas: primeiro sucateiam os serviços públicos e depois argumentam que a iniciativa privada é a solução. No entanto, a iniciativa privada visa o lucro e não o bem estar da população. Enquanto empresas que vendem plataformas e serviços terceirizados se refestelam com dinheiro público, a qualidade dos serviços piora para a classe trabalhadora que paga seus impostos.



## EM DEFESA DO MANDATO POPULAR DO DEPUTADO GLAUBER BRAGA (PSOL/RJ): CONTRA A OFENSIVA NEOLIBERAL E AUTORITÁRIA NO CONGRESSO NACIONAL



A Luta Pelo Socialismo (LPS), tendência interna do Partido dos Trabalhadores (PT), expressa aqui a sua solidariedade e apoio incondicional ao Deputado Federal Glauber Braga (PSOL-RJ) e a sua luta contra a tentativa de representantes da direita neoliberal e da extrema direita, de cassar uma das mais combativas vozes no Congresso Nacional, sob o pretexto de defender um provocador do MBL (Movimento Brasil Livre), que atacou de forma vil e desumana a sua dor pessoal e familiar.

Esses setores do parlamento buscam usar a reação do deputado aos ataques sofridos para tentar cassar um mandato conquistado de forma legítima e democrática. Trata-se de um expediente perigoso. O seu mandato é fruto da vontade popular e não pode ser alvo de manobras oportunistas e autoritárias.

A trajetória de Glauber Braga é marcada pela combatividade e compromisso com as pautas populares, é um exemplo claro de integridade política e compromisso com o povo brasileiro. Num cenário político repleto de retrocessos e ameaças aos direitos básicos da população, os ataques a sua atuação firme e alinhada com os princípios da esquerda socialista reafirmam a importância de uma Frente Única das forças de esquerda, capaz de colocar na ordem do dia a necessidade da defesa dos direitos básicos da população trabalhadora e marginalizada, e combativa contra o neoliberalismo, o autoritarismo e a retirada de direitos da classe trabalhadora.

A tentativa de cassação de seu mandato se insere num contexto mais amplo de criminalização das vozes que ousam enfrentar o sistema e os interesses das elites econômicas. Este é um atentado não apenas contra o Deputado Glauber Braga, mas contra todos aqueles que acreditam em um Brasil mais justo, inclusivo e democrático.

A LPS reconhece a importância de sua atuação e reforça que essa luta não é solitária. Estamos juntos na trincheira, lado a lado, em defesa das bandeiras que sempre levantamos: contra as privatizações, pela soberania nacional, pela valorização dos serviços públicos e pelo aprofundamento da democracia participativa.

Seguimos firmes ao seu lado, fortalecendo as fileiras da resistência contra o autoritarismo e em defesa de um parlamento verdadeiramente popular e democrático.



# SAÚDE E PRODABEL



A rede municipal de saúde de Belo Horizonte teve até 2019, um sistema de prontuário eletrônico chamado SISREDE, que facilitava o fluxo de trabalho dos profissionais da saúde em todas as áreas, garantindo o acompanhamento permanente e de forma ágil aos usuários atendidos pelas redes de saúde.

Todavia, a Secretaria de Saúde juntamente com a PBH, resolveram desenvolver novo sistema de informática e ao invés chamar a PRODABEL, para aprimorar o sistema já existente e em pleno funcionamento. É importante ressaltar que o sistema SISREDE foi desenvolvido e funcionava sob os cuidados da PRODABEL, empresa pública de Tecnologia Municipal de BH em parceria com a secretaria de saúde do município.

A partir 2019 foi contratada pela gestão municipal a empresa MV SISTEMAS LTDA, CNPJ 91.879.544/0001-20, para desenvolver e implantar um sistema de informática que possibilitasse a integração dos dados coletados nos serviços de assistência à saúde municipal. Este contrato, com preço de ouro, em torno de 40 milhões, tinha prazo contratual de cinco anos para desenvolvimento e implantação do referido sistema integrado, prazo este que está terminando. O sistema novo, denominado SIGRAH, foi colocado em funcionamento e tem apresentado lentidão e uma série de problemas.

## ***Segundo apontaram os servidores da saúde numa audiência pública que aconteceu na Câmara Municipal:***

1. Hoje o usuário, quando vai ao médico no centro de especialidade, ou no centro de Saúde, o médico tem passado por maus momentos, pois não consegue acessar o prontuário eletrônico existente, o que faz com que tenha de registrar os dados do usuário do zero, pois eles não migraram do SISREDE para o SIGRAH.

2. O usuário do SUS, quando tinha de ir para coleta de material para os exames (sangue, fezes e urina), antes ia numa demanda espontânea em jejum e era realizado todo procedimento na hora, recebendo os resultados dos exames solicitados pelo corpo médico em 15 dias. Com o SIGRAH, passou-se a exigir o agendamento da ida do usuário à unidade de saúde para coleta, registrando-se espera de 45 dias e tem sido comum haver a perda de materiais como fezes e urina, em decorrência da demora na coleta do sangue.



A mesma coisa está ocorrendo na sala de vacina, sala de curativo, sala de observação, no programa de saúde da família etc. Ou seja, uma bagunça danada.

3. O tratamento pode ficar comprometido a depender do caso. Por exemplo, o tratamento das pessoas com infecções, um prazo de espera para realização de exames de 45 dias, pode ser fatal, ou agravar para uma urgência.

4. As filas que se formam na porta das salas de vacina, de farmácia, de curativos e nas consultas médicas é a prova viva de um sistema que não responde às necessidades dos usuários. Também se encontram comprometidos os serviços terapêuticos, de assistência social, dos enfermeiros e técnicos de enfermagem. Compromete inclusive, as campanhas de vacinação em massa do Ministério da Saúde a favor da população do município.

5. Nas UPAS quando o SIGRAH está muito lento e não responde (o que ocorre com frequência), gera um ambiente de permanente tensão e atritos entre os funcionários da recepção e os usuários no momento da triagem. Às vezes a espera tem sido de 2, 3 horas para o sistema voltar a funcionar.

6. Os acompanhamentos feitos pelos ginecologistas (pré-natal) às mulheres grávidas não fogem à regra. Também com dificuldades.

7. No centro de especialidades médicas onde são realizados exames de média e de alta complexidade, os resultados deveriam ir diretamente para o prontuário do paciente, caso o sistema integrado estivesse funcionando. Não precisaria de laudos impressos a serem levados pelos usuários aos médicos do programa de saúde da família e nem para outros médicos especialistas.

8. Os trabalhadores da sala de coleta, antes da implantação do SIGRAH, conseguiam realizar a coleta em um período muito mais curto. Terminavam as atividades a tempo de assumirem outras escalas dentro das unidades básicas de saúde. O SIGRAH tornou tudo muito mais lento.

9. O SISREDE, mesmo não sendo integrado, propiciava a verificação das vacinas que os usuários tinham tomado nos centros de Saúde; permitia a impressão do cartão de vacina se o paciente o tivesse perdido. O SIGRAH também tem dificultado a vida dos que precisam completar esquema de vacina para emprego. Como também na garantia de imunização para crianças e adultos.

A lentidão do SIGRAH tem gerado muita confusão e até violência física de usuários contra os trabalhadores da saúde, pois os usuários cobram agilidade e resultados dos profissionais da saúde, que são tão vítimas quanto eles, de um sistema tecnológico que não está funcionando. Um caos gerado pelo Prefeito e sua assessoria. A política privatista da PBH tem trazido muitos prejuízos para os trabalhadores da saúde e para a população usuária do sistema SUS.

### **Os pleitos externados pelos servidores da saúde na audiência foram:**

- Pela rescisão do contrato com a MV Sistemas e a cobrança da devolução do dinheiro público aplicado no SIGRAH aos cofres públicos.
- Retorno ao SISREDE imediatamente.
- Aprimoramento do SISREDE pela PRODABEL, com desenvolvimento de novas funcionalidades do sistema e para tanto, a PRODABEL fará concurso público para contratar mais profissionais para investimento no aprimoramento do SISREDE em benefício da população e dos profissionais da área de saúde.





# PASSIVO ACUMULADO DAS PROGRESSÕES É DÍVIDA! CALOTES, NÃO PASSARÃO!



Uma grande armadilha foi articulada e já está em curso, para que docentes e técnicos administrativos não recebam da Universidade Estadual da Paraíba o que lhe é de direito: o passivo acumulado das progressões, desde 2011, leia-se, dívida trabalhista, pelo não cumprimento da Lei das Progressões dos Servidores da UEPB (docentes e técnicos) - Lei nº 8.441/07.

A manobra sorrateira e extemporânea da antecipação das eleições para a reitoria, em quase seis meses, um processo marcado por relações antidemocráticas, foram sinais que, só agora, estão mais evidentes, do que viria depois recair sobre nossas cabeças.

Exatamente, agora, em pleno período de recesso acadêmico e pós eleição para reitoria, é posto sobre a mesa os termos da negociação, com a participação da reitora, governo do estado e as direções sindicais. Negociações estas a serem apreciadas pelas assembleias gerais das categorias.

A proposta indecente do deságio de 40%, se tivesse sido anunciada e ocorrida antes do recente processo eleitoral para a reitoria, possivelmente, haveria comprometido a reeleição da atual gestão, por se encontrar sob pressão dos próprios docentes e técnicos, por um lado e, por outro, pelo governador João Azevedo, que não paga os 30 milhões que deixou de repassar do duodécimo de dezembro de 2010. Para completar, o Tribunal de Contas do Estado (TCE), encaminhou diligência recomendando que a gestão apresentasse, num prazo de 90 dias, o Plano de Gastos com Progressões Funcionais a ser submetido ao Chefe do Executivo e ao próprio TCE. O Acórdão AC 2-TC-00741/23, foi enviado para a reitora da UEPB, com cópia ao governador João Azevedo. Não se tem conhecimento que tal plano tenha sido elaborado.

Depois de anos de muito vai e vem, o plano do calote foi posto à mesa de negociação na última semana de junho. Dívida a ser paga em 3 (três) anos, com deságio de 40% por parte dos servidores. Soma-se, além disso, o desconto em torno de 27,5% de imposto de renda e 14% de contribuição para a PBPREV.





Quem ganha com isso é a gestão da UEPB, que se livra da dívida trabalhista, e o próprio governo do Estado, que deixa de repassar o montante relativo à dívida judicial dos 30 milhões e ainda leva ganhos de impostos e da previdência. Ao final, quanto resta para os docentes e técnicos? Esta é, portanto, uma proposta onde os servidores entram com a corda no pescoço para a reitoria e o governo puxarem.

Há, também, em curso, a cobrança por parte do TCE de uma lei que legalize e regularize os cargos de assessorias e comissionados dentro da universidade, o que, inclusive, pode comprometer a aprovação, na íntegra, da prestação de contas relativa à 2023, que se encontra em processo de julgamento. Na mira do TCE também encontra-se a recomendação de retirada dos auxílios de alimentação e saúde dos professores e técnicos.

A UEPB é uma autarquia, e como tal, quando vai resolver todas as questões em pauta, sem causar prejuízos para a Instituição? Por que não paga, administrativamente, as cobranças do complemento do terço de férias das ações ganhas, judicialmente, a favor dos seus servidores? Por que gastar tubos de dinheiro com honorários judiciais.

É bom lembrar que, em momento algum, a reitoria apresentou uma proposta de inclusão no orçamento da instituição, de rubrica para pagamento da dívida, a ser apresentada ao Governador João Azevedo e à Assembleia Legislativa do Estado.

Propositamente, deixou-se virar uma “bola de neve”, sob alegação de “impedimento” diante da Lei 10.660/2016. Uma Lei morta, pois nem um, sequer, servidor estadual ficou sem receber progressões acumuladas e proibidos de progredirem na carreira. Seria trágico se não fosse cômico, a UEPB em 2021 quebrou, unilateralmente, a referida Lei, pois as progressões foram liberadas e implementadas em abril de 2021 (progressões de 2018 e 2019) e em julho de 2022 progressões de 2020 e 2021). Um argumento que só pega os desavisados.

Agora a alegação é a de não existência de caixa, de orçamento para a dívida das progressões. Ironicamente também não se tinha para pagar, na íntegra, o terço de férias. Porém, a justiça mandou, logo, cumpra-se.

A paciência e/ou a mansidão dos docentes e técnicos administrativos chegou ao fim. Foram anos de “enrolação” da reitoria, endossada pelas direções sindicais. A narrativa da culpa sempre foi atribuída ao outro. Até o Fórum dos Servidores do Estado da Paraíba serviu de cortina de fumaça, para esconder o fato de que a dívida é, diretamente de responsabilidade, da UEPB.

O comportamento sempre foi de jogar para debaixo do tapete os problemas e silenciar qualquer possibilidade de questionamentos sobre todas as questões em voga.

Uma instituição autárquica, regida por uma Lei de Autonomia, parece não existir como tal. Até um concurso, como o último que ocorreu, foi por recomendação do TCE.

É bom lembrar que, desde de novembro de 2023, a assembleia geral da ADUEPB, rejeita, por unanimidade a proposta de abrir mão de 40%, pelos docentes. Agora, volta à tona a mesma proposta, modificada pela diminuição na quantidade das parcelas. Porém, as mesmas vozes tencionam pelo acordo forçado, através de ameaça de ir o pagamento para precatórios. Não de pode e nem se deve concordar com tamanha desfaçatez!

A mobilização e a luta política dos docentes e técnicos administrativos deve ser, também, no campo judicial. Na próxima assembleia da categoria docente devemos rejeitar tal acordo indecente de deságio de 40% feita pela reitora. Queremos a resolução definitiva das progressões: pagamento integral, que seja feito, ou por via administrativa ou por via jurídica! Não devemos sucumbir à narrativa de pagamentos por precatórias. Na última mesa de negociação ocorrida no dia 19 de setembro, a proposta de deságio de 40% permanece na mesma. Até quando o movimento sindical vai se manter de cabeça baixa! Quem deve, pague! Unidade na luta!

